

A FUNÇÃO MODALIZADORA DOS AUXILIARES VERBAIS DA LÍNGUA JAPONESA*

Lídia Masumi Fukasawa

Os vários estudos concernentes tanto à questão das modalidades, quanto ao das próprias funções da linguagem e do discurso encontram-se pautados em duas posturas distintas: de um lado, a de considerar as modalidades como a manifestação lingüística da subjetividade e da intencionalidade do locutor e, de outro lado, a de considerar as modalidades como uma das formas lingüísticas de interação social, resultante de regras socioculturais convencionais que regem essa interação entre os usuários de uma determinada língua. A primeira postura caracteriza-se pela natureza individual e não-institucionalizada atribuída às modalidades enfatizando-se o aspecto psicológico e pessoal do locutor, enquanto a segunda busca explicar as modalidades enquanto categorias idiossincráticas socialmente institucionalizadas em uma dada comunidade lingüística.

A visão fundada no caráter individual e psicológico das modalidades parece, à primeira vista, reduzir o campo de seu objeto, na medida em que se lhe atribui apenas uma base lingüística subjetiva e pessoal do locutor, como no caso do idioleto. É preciso convir, contudo, que todo *corpus* de enunciados produzidos por um indivíduo traz, em sua base, não só uma postura de criação pessoal, mas um tipo determinado de comportamentos idiossincráticos do grupo social e lingüístico a que este indivíduo pertence. Grande parte dos modos de expressão subjetivos deve-se a reações afetivas e psicológicas individuais que, resguardadas as individualidades de criação do sentir pessoal, se

* Parte da tese de doutorado, apresentada junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

generalizam em comportamentos representativos do coletivo. Cada um dos enunciados atualizados pelo falante de uma determinada língua traz, em sua base, uma sustentação de usos sociais comumente aceitos pelo grupo do qual faz parte. Portanto, a análise das expressões de modalidade pode muito bem basear-se em um *corpus* de enunciados que não se atém a um único indivíduo, mas a um conjunto de indivíduos suficientemente diversificados dentro de um grupo lingüístico.

Resulta daí que as duas posturas – a da análise da subjetividade do locutor e da constituição intersubjetiva da interação que reflete os usos sociais – não são totalmente excludentes, já que todo locutor é uma constituição ideológica prévia, identificável com as regras do dizer social. Vale dizer que a subjetividade, no final, desemboca na existência social (e vice-versa). As formulações enunciativas dos homens se constituem a partir de discursos pré-existentes numa sociedade, e não de maneira totalmente particular e original em cada enunciação. A interação, que é nada mais nada menos que o objeto a ser atingido pela expressão da subjetividade, adquire o caráter de intersubjetividade e de práticas sociais, em que cada um dos interlocutores assume seus papéis sociais de forma consciente, mediante aceitação do acordo tácito, estabelecido previamente, de usar determinadas estratégias e instruções que lhe garantem a interação.

O que se deve buscar, então, é a conjugação da postura que analisa a subjetividade e a intencionalidade do locutor no momento de sua enunciação com aquela que busca os fatos de interação social dos interlocutores ou a natureza semântico-ideológica dos seus discursos.

De acordo com essa concepção, o estudo das modalidades deve ter, como ponto de partida, a discussão das questões referentes à distinção entre *dictum* e *modus*¹, devendo englobar, também, o estudo das leis que regem a interação social e os lugares sociais que são assumidos pelos interlocutores dessa interação. Contudo, a grande maioria dos autores enfocaram mais o caráter subjetivo e intencional do locutor na construção do *modus*². Foram poucos os que buscaram explicar os fatos da enunciação, levando em conta o lugar social dos interlocutores e os fatos socioculturais que fornecem instruções de uso e de interpretação dos enunciados (inserem-se nesse segundo grupo, os trabalhos desenvolvidos por Hayashi, Minami, Miyaji, Tanaka, Ducrot e outros).

Levando-se em conta esses dois aspectos, definir-se-á a modalidade como as expressões lingüísticas extra-*dictum*, que determinam as relações enunciativas realizadas entre interlocutores, mediante atualização de suas subjetividades e in-

1. Todo e qualquer enunciado encontra-se alicerçado em um certo conteúdo informativo (*dictum*) e uma atitude subjetiva de interpretação e intenção por parte do falante com relação a esse conteúdo (*modus*). Assim, o *dictum* corresponde ao conteúdo proposicional virtualmente descritivo, desprovido do caráter subjetivo e inserido na dimensão do relacionamento interno entre sujeito e predicado, enquanto o *modus* ou *modalidade*, aos elementos que imprimem ao enunciado as marcas da intencionalidade do locutor com relação ao conteúdo daquilo que informa.

2. Cf. posições de Austin, Searle, Yamada, Tokieda, Watanabe e outros.

tersubjetividades persuasivas, utilizadas para a interação social, em cuja base se encontram inscritos certos dados e instruções sociais de uso e de interpretação. A modalidade é, pois, um valor comunicativo de interação verbal de natureza histórica e social, uma conformação semântica das relações entre um locutor e um referente ou entre um locutor e um destinatário, que visa à elaboração de um ato ilocutório e um perlocutório, mediante um equilíbrio de participação entre o locutor e o destinatário no discurso.

Em decorrência, o estudo das modalidades da língua japonesa significará a investigação do enunciado e da enunciação nas suas várias dimensões, quais sejam, da subjetividade individual, do efeito do sentido e da contingência social a que estão subjugados os interlocutores. Com isso, ter-se-á dado conta da análise do mecanismo de interação social japonês, elaborado por meio do uso da língua e das modalidades.

No presente estudo, procuraremos demonstrar que a qualidade modal do japonês não reside apenas na subjetividade do locutor mas também na postura dos interlocutores em levar sempre em conta seus lugares sociais nas relações interpessoais, pois é nesse nível que se dão ordens, se fazem promessas e pedidos, se declaram coisas etc.

São inúmeros os itens lexicais que exprimem modalidades no japonês: partículas de ênfase ou limitação (*fukujoshi*); prefixos e sufixos; interjeições; verbos auxiliares; mostrativos pessoais (comumente designados pronomes pessoais); verbos com noções de respeito, modéstia, polidez etc.; advérbios; morfemas finais (*shûjoshi*) etc. Contudo, dada a impossibilidade de se analisar tantos aspectos, ater-nos-emos, neste trabalho, apenas ao estudo de uma pequena parcela dos componentes que exprimem modalidades em japonês: os assim chamados auxiliares verbais (*jodôshi*).

Procurar-se-á, com a análise dessas modalidades, desvendar o modelo de organicidade do enunciado e das marcas de enunciação deixadas pelos interlocutores japoneses no discurso.

Hayashi³ e Minami⁴ já nos alertavam para o fato de que a dimensão modalizadora dos enunciados japoneses situa-se nas camadas externas ao *dictum*, havendo uma intensificação de grau modal conforme se avança para essas camadas. A hipótese é a de que, na língua japonesa, o processo de construção do enunciado se realiza primeiro pela elaboração do *dictum* para, depois, acrescentar-se-lhe os componentes modais (os ilocucionais e perlocucionais). E isso se deve à própria estruturação sintática da frase japonesa que tem como característica geral, a construção do tipo:

3. Cf. Shirô Hayashi, "Nihongono Bunno Katachito Shisei", em *Danwano Kenkyûto Kyôiku I*, Tóquio, KKK, 1982, p. 49.

4. Cf. Fujio Minami, "Nihongotowa donna Kotobaka". ("Que Tipo de Língua é o Japonês 3"). *Nihongono Tokushoku (Peculiaridades da Língua Japonesa)*. Tóquio, Bunkachô, 1983, pp. 34-45. (Kotoba Shirizu 10 (Série Linguagem 10)).

Sujeito + complemento verbal + predicado.

Tal característica permite que, em japonês, se torne mais fácil detectar os componentes modais em sua estrutura sintática (o predicado surge no final da frase). É essa também a razão pela qual se optou pelo estudo dos auxiliares verbais que surgem sempre após o núcleo do predicado.

A hipótese a ser defendida é a de que, em japonês, as modalidades se estruturam segundo uma ordem determinada de aparecimento na frase: primeiro as ilocucionais e, em seguida, as perlocucionais. É claro que, em última análise, as modalidades ilocucionais também possuem natureza perlocucional, já que não se pode seccionar a intencionalidade do locutor. Contudo, parece possível detectar, nos vários elementos lingüísticos modais, um grau mais forte ou mais fraco de ilocução ou de perlocução, bastando, para isso, confrontar, por exemplo, os sentidos contidos nas modalidades emotivas (declaração de uma emoção) e nas imperativas (expressão de uma ordem).

Alertamos, contudo, para o fato de que só trataremos dos auxiliares verbais usados no final da frase ou do período com que se termina um discurso. Sua utilização no meio do período não será objeto de análise deste trabalho, já que deixam de exprimir modalidades e se transformam em conteúdos proposicionais.

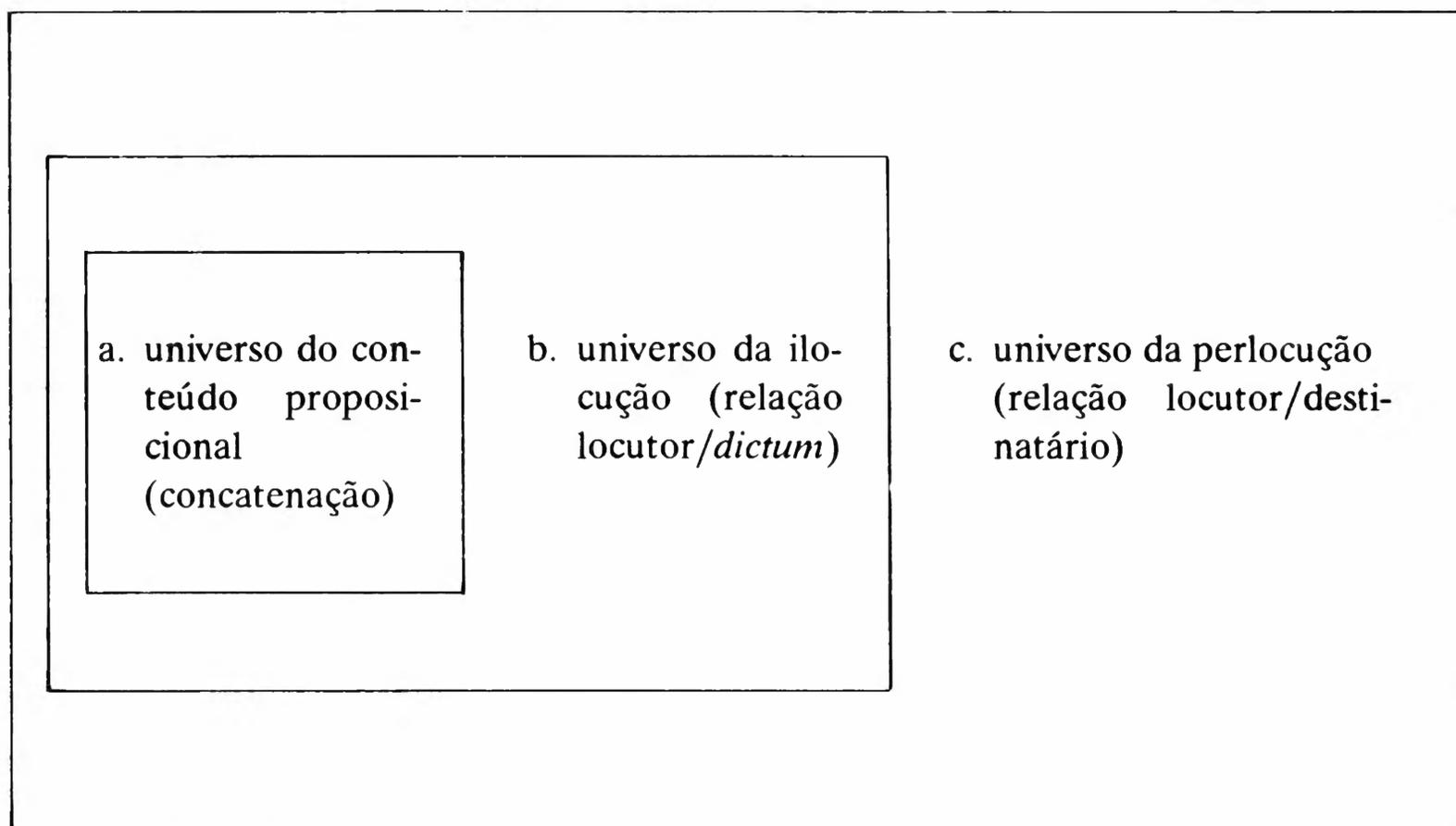
Os auxiliares verbais constituem um tipo de item lexical flexível (variável em diferentes formas de flexão) que se insere na categoria denominada “termos relacionais” da língua japonesa⁵, exprimindo, de modo geral, modalidades ilocucionais (e perlocucionais) de afirmação, de suposição, de desejo, de volição etc. Ligam-se a nomes, verbos e adjetivos, surgindo na frase mediante obediência a uma ordem de encadeamento determinada por regras de estruturação sintática⁶.

Dissemos, anteriormente, que a estruturação do enunciado japonês se processa por meio de dois estágios de construção: a etapa da construção do seu conteúdo proposicional, realizada pela função de concatenação dos elementos nocionais da frase, e a etapa da elaboração das modalidades, realizada pelas relações enunciativas de interação intersubjetiva entre os interlocutores. Assim, tomaremos como apoio para nossa argumentação as propostas de Hayashi, Minami e Miyaji, segundo as quais o enunciado japonês apresenta, no seu ponto mais central, o *dictum* e, nas suas camadas mais externas, os componentes que exprimem os vários graus de modalização do locutor. Quanto mais exteriores ao *dictum*, tanto mais intenso o grau de perlocução.

Esquematizando, tem-se:

5. Cf. noção de *ji*, proposta por Motoki Tokieda, em *Kokugogaku Genron*, Tóquio, Musashino Shoin, 1969 e por Minoru Watanabe, em *Kokugo Kôbunron*. Tóquio, Hamiwa Shobô, 1974.

6. Cf. *Idem*, *ibidem*.



Parece lícito, entretanto, concordar com Miyaji que a inscrição da “subjetividade do locutor” no enunciado obedece a uma ordem contínua que não pode ser seccionada de forma estanque em ilocução e perlocução⁷ E Minami já dizia que os enunciados da língua passam forçosamente pelos seus vários níveis de representação⁸.

De qualquer maneira, parece claro que os componentes que registram as marcas de enunciação do locutor se inscrevem nas camadas b e c, enquanto as relações cognitivas da dimensão do *dictum* se efetivam na camada a.

Dissemos que os auxiliares verbais da língua japonesa têm, como princípio geral, expressar modalidades, sobretudo quando surgem finalizando os enunciados. Com efeito, no exemplo

Korewa hanada (Isto é uma flor),

o auxiliar verbal *da* exprime o sentido modal de afirmação, através da qual o locutor exprime a sua postura subjetiva de ratificação do conteúdo referencial “isto é uma flor”. Contudo, o mesmo auxiliar verbal está desempenhando também uma função copulativa de construção do *dictum* no enunciado dado o que nos faz crer que ele possua uma natureza dupla: a de desempenhar uma função concatenadora de construção do conteúdo proposicional da frase e a de formular a função modalizadora de afirmação ou ratificação desse conteúdo proposicional assumida pelo locutor.

7. Cf. posição teórica de Yutaka Miyaji, “Iwayuru Bunno Seishitsujôno Shuruino Genrito Sono Hatten”, 1950.

8. Minami propôs quatro dimensões para a construção do enunciado japonês: a referencial, a intermediária, a modalizadora ilocucional e a perlocucional, 1974.

Dir-se-á, então, que, no esquema dado, certos auxiliares verbais podem desempenhar a função de construção dos três universos: o do conteúdo proposicional, o da ilocução e do da perlocução.

Embora tantos autores tenham se dedicado à explicação das noções de *dictum* e de *modus*, demarcar a distinção entre as duas funções na língua é uma das tarefas mais difíceis, principalmente quando se analisam os enunciados do ponto de vista de sua atualização enunciativa. Apesar disso, e contrariando, inclusive, a proposta formulada por Watanabe⁹, procurar-se-á trabalhar com a hipótese de que, em princípio, todos os auxiliares verbais da língua japonesa desempenham funções modais.

Para melhor situar o problema, procederemos à análise dos vários auxiliares verbais, dividindo-os, inicialmente, em dois grupos:

- a. os que se ligam a nomes¹⁰;
- b. os que se ligam a verbos, adjetivos e outros auxiliares verbais.

Pertencem ao primeiro grupo os auxiliares verbais *da*, *desu*, *rashii*, *darô* e *deshô*. Inserem-se no segundo grupo os auxiliares verbais *seru* (*saseru*), *nasai*, *reru* (*rareru*), *tai*, *nai* (*nu*), *ta*, *sôda*, *hazuda*, *tsumorida*, *mitaida*¹¹, *yôda*, *wakeda*, *rashii*, *ta*, *darô*, *deshô*, *u* (*you*), *mai* e *mashô*.

A divisão proposta, que pode parecer, à primeira vista, totalmente ingênua e meramente formal, é de importância relevante porque se baseia na própria diferenciação do grau de modalização veiculada pelos diversos auxiliares verbais e se relaciona com uma das características da estruturação do enunciado japonês (da formulação do *dictum* para o *modus* ilocucional e perlocucional). Dessa maneira, a ordem determinada do encadeamento dos auxiliares verbais torna-se, também, fator fundamental que explica as atitudes modais inscritas no enunciado.

Os vários auxiliares verbais surgem, portanto, no enunciado, obedecendo à seguinte ordem de encadeamento:

classe 1 – os que exprimem valores ilocucionais:

- a. modalidades assertivas (de informação ou de declaração), através das quais o locutor exprime apenas o conteúdo de uma realidade percebida: afirmação (*da*, *desu*), suposição (*rashii*, *darô*), ratificação de afirmação de terceiros (*sôda*), passiva de amolação (*reru/rareru*), suposição negativa (*mai*), passado (*ta*);
- b. modalidades que exprimem as vontades e desejos do locutor: voz causativa (*reru/rareru*), desejo (*tai*), decisão ou volição (*u/you*).

9. Para Watanabe, os auxiliares modais *da* (afirmação), *seru* (voz causativa) *reru* (voz passiva), *tai* (desejo) e *sôda* (suposição) constituem componentes do *dictum* e não componentes modais.

10. O termo “auxiliar verbal” é usado de forma generalizada, mesmo quando se liga a nomes; foi assim designado porque a maioria “auxilia” os verbos.

11. O auxiliar verbal *mitaida* (semelhança) pode ligar-se também a nomes (*taigen*).

classe 2 – os que exprimem valores perlocucionais:

- a. questionamento expresso por recursos suprasegmentais de entonação;
- b. convite (*u/you, mashô, masenka*).

1. Dictum e Modus

Os auxiliares verbais (*jodôshi*) possuem funções nitidamente modalizadas, tendo em vista seu papel de explicitar a força ilocucionária dos enunciados, sobretudo em posição final na frase. Contudo, parte dos auxiliares verbais – *da* (afirmação, com função copulativa), *seru/saseru* (voz causativa), *reru/rareru* (voz passiva), *tai* (desejo), *nai* (negação) e *ta* (passado ou ação conclusa) – podem desempenhar funções referenciais, de construção do conteúdo proposicional dos enunciados. Esses auxiliares verbais caracterizam-se, portanto, pela sua dupla natureza: de um lado, de formular a modalidade do enunciado e, de outro, de participar da elaboração do *dictum*. A modalidade que exprimem, nesses casos, é assertiva, através da qual o locutor ratifica a afirmação, a negação, o passado etc. descritos pelo conteúdo proposicional apresentado, prestando-lhes adesão, ou reconhecendo-lhes sua legitimidade.

Os demais auxiliares verbais – *sôda, yôda* (suposição, aparência), *rashii, darô, deshô* (suposição), *hazuda* (certeza, probabilidade), *wakeda* (causa), *mitaida* (suposição, comparação), *tsumorida* (volição), *bekida* (obrigatoriedade), *u/you* (volição, suposição, convite), *mashô* (convite, volição, sugestão polida), *nasai* (ordem), *mai* (suposição negativa) – exprimem as várias modalidades relacionadas com a atitude do locutor diante dos fatos veiculados no enunciado. Nesse sentido, contrariamente ao que afirmava Watanabe¹², dir-se-á que todos os auxiliares verbais empregados em posição frasal final apresentam, como princípio geral, a função de exprimir modalidades, pois funcionam como indicadores das intenções, dos sentimentos, ou das atitudes do locutor com relação ao discurso.

Para maior clareza, verifique-se o quadro abaixo:

<i>Auxiliar Verbal</i>	<i>Dictum</i>	<i>Modus</i>
<i>da</i>	função copulativa	<ul style="list-style-type: none">– asserção (afirmação)– questionamento (pron. inter. + <i>da, na</i> + morfema final <i>no</i>)– declaração enfática (<i>no + da</i>)– implicitação de pedido, ordem, declaração negativa (nas formas <i>ni</i> e <i>de</i>)

12. Watanabe não reconheceu claramente a função modal nos auxiliares verbais *da, seru, reru, tai* e *sôda*, consi-

<i>seru/saseru</i>	voz causativa (uso em 3ª pessoa)	<ul style="list-style-type: none"> - ordem ou “causativização” (uso em 1ª pessoa) - amolação ou arrependimento
<i>reru/rareru</i>	voz passiva (uso em 3ª pessoa)	<ul style="list-style-type: none"> - adesão ou concordância à voz passiva (afirmação do conteúdo proposicional descrito) - passiva de amolação (uso em 1ª pessoa) - possibilidade - respeito
<i>tai</i>	desejo (uso em 3ª pessoa)	<ul style="list-style-type: none"> - afirmação do conteúdo proposicional - desejo (uso em 1ª pessoa)
<i>nai</i>	negação (uso em 3ª pessoa)	<ul style="list-style-type: none"> - afirmação do conteúdo proposicional - negação (uso em 1ª pessoa) - proibição, não-permissão - obrigatoriedade (em <i>nakerebanaranai</i>, <i>nakutewaikenai</i>, <i>naku</i> etc) - questionamento, convite, pedido (<i>nai</i>, <i>naika</i>) - pedido, proibição atenuada (<i>naide</i>) - certeza, probabilidade (em <i>nichigainai</i>, <i>kamoshirenai</i> etc.)
<i>ta</i>	passado	<ul style="list-style-type: none"> - afirmação (do passado) - pedido de confirmação no passado (<i>ta?</i>, <i>takke?</i>) - ordem enfática - ordem atenuada (<i>tara?</i> – forma condicional)

Os demais auxiliares verbais caracterizam-se por pertencer ao grupo dos que, em posição final de frase, sempre exprimem modalidades.

<i>Auxiliar Verbal</i>	<i>Modus</i>
------------------------	--------------

- | | |
|-------------|--|
| <i>sôda</i> | <ul style="list-style-type: none"> - aparência - suposição, modalidade alusiva |
|-------------|--|

derando-os componentes pertencentes ao nível do *tôjo* (narração predicativa), isto é, como componentes do “conteúdo narrativo” (*Kokugo Kôbunron*, Tóquio, Hamiwa Shobô, 1974, p. 133).

yôda – suposição, afirmação eufêmica
– pedido, prescrição, recomendação (*yôni*)

rashii – suposição
– aparência, semelhança

darô/deshô – suposição

hazuda – certeza
– probabilidade

wakeda – interpretação, causa, razões

mitaida – comparação
– suposição, afirmação atenuada

tsumorida – volição, intenção

bekida – obrigatoriedade

u/you – volição, decisão
– suposição
– convite

masu – afirmação polida

mashô – convite polido
– decisão, volição polida
– proposta, sugestão

nasai – ordem (mais atenuada do que a forma imperativa do verbo)

mai – suposição negativa

desu – afirmação polida

2. Classificação Geral das Modalidades Expressas pelos Auxiliares Verbais

É habitual considerarem-se como modalidades básicas os valores semânticos dos enunciados que se referem ao eixo alético, epistêmico e deôntico. Se-

gundo Koch¹³, essas modalidades correspondem, respectivamente, ao eixo da verdade ou da falsidade do conteúdo de uma proposição (semântica vero-condicional), ao da atitude de conhecimento do locutor, isto é, da sua manifestação de crença ao conteúdo veiculado (semântica das atitudes proposicionais), e, finalmente, ao da força ilocucionária que cria deveres e obrigações no destinatário (semântica dos atos de linguagem). Assim, o eixo alético e o epistêmico referem-se aos valores que exprimem a certeza do locutor sobre as coisas do mundo, enquanto o eixo deôntico revela a conduta do locutor, isto é, as atitudes ligadas à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer, relacionadas à vontade do locutor.

Analisando a estrutura semântica das modalidades, Guimarães¹⁴ propõe a classificação das modalidades, consideradas como ilocucionais, em três classes, de acordo com a forma como devem obedecer à lei da sinceridade (RS = requisito de sinceridade), isto é, à maneira como o locutor se compromete com tal requisito:

- a. exercitivas: que apresentam, como RS, a vontade do locutor sobre um ato futuro de alguém (incluem as modalidades que exprimem obrigação e permissão);
- b. veredictivas: que apresentam como base o RS relacionado à avaliação do locutor (necessidade, obrigatoriedade e permissividade);
- c. expositivas: que têm como RS a crença do locutor (possibilidade, afirmação, certeza e probabilidade).

Tomando como base essas duas classificações e a função modal dos auxiliares verbais estudados, poder-se-á propor a seguinte sistematização:

- a. auxiliares verbais que exprimem modalidades exercitivas, ligadas à vontade ou à conduta do locutor.

obrigação/ordem (imperativa) – *nasai, ta, naika, darô*

proibição/não-permissão/prescrição (imperativa) – *nai, yôni, tewaikenai*

volição/decisão (modalidade deôntica afetiva) – *u/you, tsumorida, mashô*

desejo (modalidade afetiva) – *tai*

convite (modalidade convidativa) – *naika (nai + ka), masen(ka), u/you, mashô*

pedido (modalidade petitória) – *yôni, naide tekudasai*

voz causativa (causativização) – *seru/saseru*

respeito/polidez (modalidade afetivo-social) – *reru, masu, desu*

proposta/sugestão – *mashôka*

interrogação/questionamento – *da* (ligado a pronomes interrogativos), *naika, masenka, takke?, mashôka*

13. Ingedor G. Villaça Koch, *Argumentação e Linguagem*, 1987, Capítulo III, item 3.

14. Eduardo Junqueira Guimarães, *Modalidade e Argumentação Lingüística*, 1979, item 4, pp. 63-155 (tese de doutorado).

Obs.: embora a permissão se enquadre nessa categoria, já que exprime modalidade imperativa, não há correspondência em termos de auxiliar verbal.

b. auxiliares verbais que veiculam modalidades veredictivas, relacionadas à avaliação do locutor sobre o fato referido pelo enunciado:

necessidade (alética) – *nakutewaikenai, nakerebanaranai*

obrigatoriedade (deôntica) – *nai, bekida, nakerebanaranai*

permissividade (deôntica) – *te(mo)ii* (verbo auxiliar)

afirmação (assertiva) – *da, desu, masu*

• suposição/alusão/aparência (epistêmica) – *sôda, yôda, rashii, darô, u/you, deshô, mai, kamoshirenai, mitaida* (incluindo sentido de comparação)

voz passiva de amolação (afetiva) – *reru/rareru*

espontaneidade (epistêmica) – *reru/rareru*

não-necessidade (alética) – *nakuteii*

passado (epistêmica) – *ta*

negação (assertiva) – *nai*

c. auxiliares verbais que exprimem modalidades expositivas, relacionadas à crença do locutor:

possibilidade (epistêmica) – *reru/rareru, wakeniwaikanai*

certeza (epistêmica) – *hazuda, nichigainai*

probabilidade (epistêmica) – *kamoshiranai, mitaida*

afirmação (assertiva) – *da, desu, masu*

suposição/alusão/aparência (epistêmica) – *sôda, rashii, darô, yôda, u/you, deshô, mitaida, mai, kamoshiranai*

espontaneidade (epistêmica) – *reru/rareru*

negação (assertiva) – *nai*

causa/razões (epistêmica) – *wakeda*

Como se pode verificar pela tentativa de sistematização, torna-se muitas vezes difícil classificar e enquadrar, de forma rígida, todos os auxiliares verbais e suas funções modais em cada uma das três classes. Basta observar, por exemplo, as funções e os valores modais do auxiliar verbal *da*: ele pode desempenhar a função de modalidade veredictiva e expositiva (em caso de asserção), ou de modalidade exercitiva (em caso de interrogação).

O mesmo ocorre com o auxiliar verbal *ta*, que pode exprimir a vontade do locutor (em caso de veicular ordem), ou a avaliação do locutor sobre o fato referido pelo enunciado (quando usado com valor de passado).

A sistematização apresentada pode, ainda, provocar problemas com relação ao próprio conceito de “avaliação” e “crença” do locutor, bastando para isso verificar as funções e os valores semânticos das modalidades supositiva ou alusiva, de espontaneidade e afirmativa. Essas modalidades parecem poder incluir-se tanto no campo da “avaliação” quanto da “crença” do locutor. Poder-se-á, então, reduzir as modalidades em duas classes: de um lado, as *veredictivas*

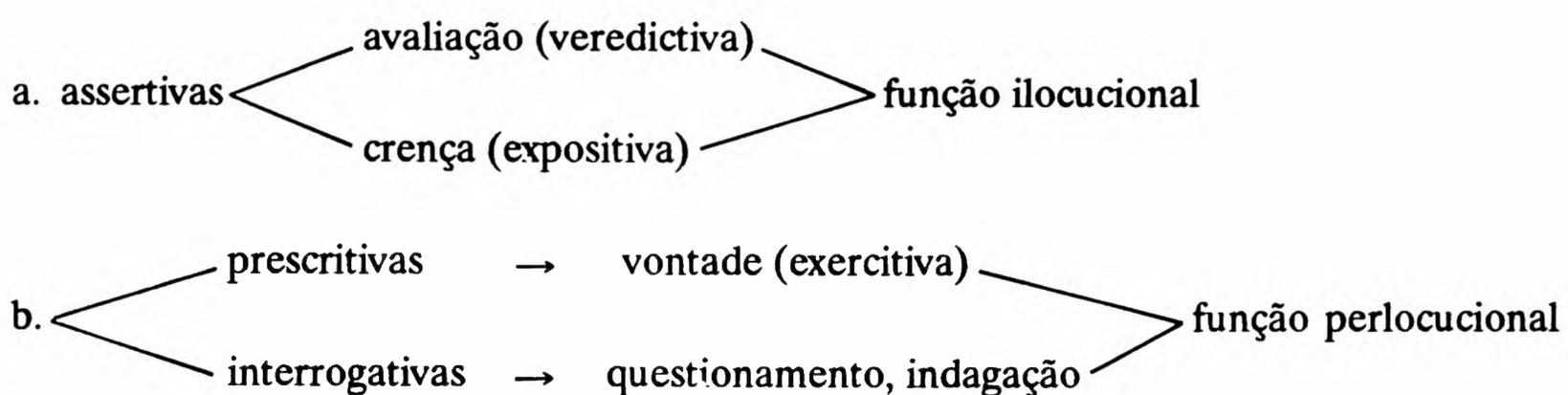
e *expositivas*, que lidam com a avaliação e a crença do locutor (incluindo-se, neste grupo, a afirmação), e, de outro, as *exercitivas*, relacionadas às expressões de vontade do locutor, já que o reconhecimento da distinção entre ambas se torna mais claro e palpável.

É preciso acrescentar que os valores modais de desejo, convite, pedido, causativização, respeito, volição, sugestão, espontaneidade e suposição não foram claramente analisados e explicitados pelos autores referidos, talvez por serem considerados como derivados ou como variações resultantes das significações mais básicas. Foi preciso, contudo, explicitá-los no estudo dos auxiliares verbais japoneses, já que são subsidiários dos modos de exprimir (ou de fazer ver) preferidos pelos japoneses (sobretudo as noções de espontaneidade, respeito, alusão etc.), aos quais voltaremos mais adiante, quando procuraremos retomar as características do sistema de valoração modal na língua japonesa.

As modalidades elaboradas em função do jogo de produção e do reconhecimento das intenções do locutor passam a veicular valores ilocucionais e perlocucionais, embora esta distinção, segundo Miyaji, não seja nem rígida, nem estanque. O que se pode dizer é que certas modalidades estão mais ou menos comprometidas com o locutor ou com o destinatário. Deve-se, pois, reconhecer-lhes “graus ou intensidades de modalização” ou “escalas argumentativas”, marcados por traços intencionais mais fortemente ilocucionais ou mais fortemente perlocucionais. Já que o objetivo das modalidades é a interação e o agir sobre o destinatário, dir-se-á que a perlocução está mais próxima desse objetivo.

Segundo tal raciocínio, é possível considerar-se que as expressões de “avaliação” e de “crença” do locutor possuem um caráter mais ilocucional, enquanto que as de “vontade” do locutor denotam uma modalização perlocucional mais forte. A força argumentativa dos componentes perlocucionais fará com que, com o seu emprego, o locutor espere ou, de certa forma, obrigue o destinatário a uma resposta accional.

Se a base das modalidades está fundamentalmente na asserção, na prescrição e no questionamento (dos quais derivam as demais), ter-se-á, nas assertivas, um grau ilocucional mais forte e nas prescritivas e interrogativas, um grau perlocucional mais marcante. Esquematizando, temos:



Parece, então, possível discutir as modalidades segundo suas funções ilocucionais e perlocucionais, admitindo, contudo, a idéia de que elas se organizam em escalas contínuas de argumentação, nos vários graus de intensidade modal

que partem do ilocucional para o perlocucional. Com bastante razão, Miyaji afirmara que todos os enunciados passam, necessariamente, pelos dois estágios – ilocucional e perlocucional. Tomando como exemplo o ato de afirmação, verificar-se-á que ele inclui também a propriedade de conferir ao destinatário um dever de concluir e um dever de crer. Se afirmar é informar e fazer saber, então, a afirmação é um ato ilocucional que contém, ao mesmo tempo, a função de perlocução, já que requer do destinatário uma determinada postura. Submetendo-a, contudo, à análise baseada no critério das escalas argumentativas, dir-se-á que a afirmação veicula uma intensidade ilocucional na qual se verifica maior engajamento do locutor com relação ao conteúdo proposicional expresso pelo enunciado, em que o locutor se coloca como ponto central e o destinatário se afigura como secundário. O ato de afirmar difere, por exemplo, do ato de ordenar, no qual se verifica a centralidade do destinatário, ou melhor, a relação mais intensa entre o locutor e o destinatário. No caso da afirmação, a relação mais intensa é o engajamento maior entre o locutor e o referente.

Tomando como base esse ponto de vista, poder-se-á classificar as modalidades expressas pelos auxiliares verbais japoneses em duas classes, a saber:

1. auxiliares verbais que exprimem valores ilocucionais

a. modalidades assertivas (transmissão do conteúdo de uma realidade percebida, informações e declarações do locutor):

afirmação – *da* (com sentido de julgamento afirmativo)

suposição/alusão/aparência – *sôda, rashii, darô, yôda, u/you, deshô, mitaida, mai, kamoshirenai*

passiva de amolação, espontaneidade, possibilidade – *reru/rareru, wakeni-waikanai*

passado – *ta*

negação – *nai*

necessidade – *nakutewaikenai, nakerebanaranai*

obrigatoriedade – *nai, bekida, nakerebanaranai*

certeza – *hazuda, nichigainai*

probabilidade – *kamoshirenai, mitaida*

causa/razões – *wakeda*

b. modalidades que exprimem desejos do locutor:

voz causativa – *seru/saseru*

• desejo – *tai*

volição/decisão – *u/you, tsumorida*

2. auxiliares verbais que exprimem valores perlocucionais

a. requerem resposta accional do destinatário:

ordem e obrigação – *nasai, ta, naika, seru/saseru, darô*

proibição/não-permissão – *nai, yôni, tewaikenai*

convite – *nai(ka), masen(ka), u/you, mashô*

• pedido – *yôni, naide, tekudasai*

• proposta – *mashôka*

questionamento – *da* (ligado a pronome interrogativo), todos os auxiliares verbais acrescidos do morfema interrogativo

b. não requerem resposta accional do destinatário:

respeito/polidez – *reru/rareru, masu, desu, mashô, deshô* etc.

formas combinadas de atenuação de modalização – *dewanaideshôka, kato omowareru, dato omou (omowareru), taito omou, dewanaikato omowareru* etc.¹⁵

O que se levou em conta para a classificação acima foi o critério de distinção segundo o qual os ilocucionais estabelecem uma relação locutor/referente mais forte do que os perlocucionais, enquanto estes, por sua vez, constroem uma relação locutor/destinatário mais intensa que aqueles, já que trazem, em sua base, uma intenção mais nítida do locutor em agir sobre o destinatário, levando-o, inclusive, à obrigação de uma resposta accional. Vale a pena ressaltar, também, que se consideraram dois tipos de perlocucionais, os quais variam de acordo com o grau ou a intensidade da intenção do locutor em “trabalhar” sobre o destinatário. Os operadores modais pertencentes ao primeiro caso (2. a.) exigem, praticamente, do destinatário, uma resposta accional (obedecer à ordem, à proibição, atender ao pedido, responder à pergunta etc.). Os do segundo grupo (2. b.), ao contrário, só fazem construir, no destinatário, uma imagem social de polidez, de respeito ou de cortesia do locutor, constituindo, às vezes, uma simples expressão de sua “civilidade” Nesse sentido, aproximam-se um pouco da função dos ilocucionais, mas os consideramos dentro da categoria dos perlocucionais, porque, de qualquer maneira, visam a elaborar um “trabalho” do locutor sobre o destinatário. Seu valor persuasivo se define à medida que o locutor procura convencer o destinatário sobre a sua postura polida com relação a ele e, com isso, atingir de forma mais harmoniosa o objetivo de sua comunicação.

3. Seqüência de Encadeamento: Ilocucionais e Perlocucionais

Diferentemente do português, o japonês tem, como característica geral de estruturação frasal, a construção da concatenação predicativa (*jojutsu*, na terminologia de Watanabe) no final do enunciado, e num período composto, a oração

15. Convém informar que as “formas combinadas de atenuação modal” serão retomadas mais adiante, no item 4.

principal surge sempre por último, sendo ela a portadora de modalização. Como conseqüência, a efetivação das modalidades ocorre, de modo geral, no último sintagma da frase ou do período (ou nas camadas exteriores ao *dictum*, como demonstraram Miyaji, Hayashi, Minami e outros). Como não tratamos dos itens lexicais modalizadores que podem surgir no início da frase (interjeições, partículas de ênfase, advérbios modalizadores etc.) mas, especificamente, dos auxiliares verbais e dos morfemas finais que surgem ao final da frase, podemos falar em modalidades que se efetivam no último sintagma que compõe o enunciado.

As modalidades, de forma geral, obedecem a uma ordem de encadeamento determinada por regras de estruturação sintática. No ponto mais central da frase está a construção do universo do *dictum* e, nas camadas mais externas, a manifestação do universo do *modus*. Como o japonês apresenta a estrutura sintática “sujeito-objeto-predicado”, o *modus* surge no final do enunciado. O predicado e seus componentes apresentam, pois, os vários graus ou intensidades de modalização inscritos no enunciado pelo locutor, mediante obediência a certas regras. A ordem de encadeamento dos elementos que compõem o predicado (verbos, adjetivos, auxiliares verbais e morfemas finais) explicam as várias atitudes modais do locutor, pois revelam seu maior ou menor engajamento com relação ao conteúdo proposicional veiculado ou ao destinatário.

Dir-se-á, então, que a elaboração da estrutura enunciativa do japonês obedece a uma ordem de escalas argumentativas marcadas por traços intencionais do locutor, que partem do ilocucional para o perlocucional. Embora seja preciso reconhecer em toda modalidade estes dois aspectos, parece ter ficado clara a possibilidade de identificar graus mais intensos de um aspecto ou de outro. Assim, o que é marcante na língua japonesa é que as modalidades surgem nas frases obedecendo à seguinte ordem: primeiro os ilocucionais e depois os perlocucionais. Em outras palavras, verifica-se, na construção do predicado, a manifestação dos vários níveis de representação, inscrita no enunciado, segundo a ordem ilocucional → perlocucional. Acresce-se ainda, aos perlocucionais, uma característica: funcionam segundo graus de intensidade do locutor em agir sobre o destinatário (o perlocucional que obriga o destinatário a realizar uma resposta accional e o perlocucional que não exige deste uma reação accional).

Postular-se-á, então, como característica geral do surgimento da modalidade em japonês, uma progressão contínua do modo ilocucional para o perlocucional. E essa característica constitui, em última instância, uma regra determinada de surgimento ou encadeamento das modalidades no enunciado. Vejamos alguns exemplos:

- *Ikasenasai.* (Faça-o ir./Deixe-o ir.)
- Ika* = verbo ir (*iku*)
- se* = auxiliar verbal que exprime voz causativa (modo ilocucional que indica desejo do locutor)

- nasai* = auxiliar verbal que exprime ordem (modo perlocucional)
- *Ikanaiyôni.* (Peço para não ir./Não vá.)
- Ika* = verbo ir (*iku*)
- nai* = auxiliar verbal de negação (modo ilocucional)
- yôni* = auxiliar verbal de pedido/ordem (modo perlocucional)
- *Ikarenaideshô.* (Provavelmente, não poderá ir.)
- Ikare* = verbo “poder ir” (*ikareru*)
- nai* = auxiliar verbal de negação (modo ilocucional)
- deshô* = auxiliar verbal de suposição polida (modo perlocucional, contido no sentido de polidez)

Observa-se, portanto, o surgimento dos componentes modais, obedecendo à ordem de encadeamento anteriormente descrita.

É preciso, contudo, reconhecer nas funções dos auxiliares verbais, um maior número de modos ilocucionais, cabendo aos morfemas finais a função precípua de expressar valores perlocucionais. Verifique-se o exemplo:

- *Ikaseretakunakattasôdane.* (Dizem que não queria ser obrigado a ir, não é?)
- Ika* = verbo ir (*iku*)
- se* = aux. verbal (*seru*) de voz causativa (valor ilocucional)
- rare* = aux. verbal (*rareru*) de voz passiva (valor ilocucional)
- taku* = aux. verbal (*tai*) de desejo (valor ilocucional)
- nakat* = aux. verbal (*nai*) de negação (valor ilocucional)
- ta* = aux. verbal (*ta*) de passado (valor ilocucional)
- sôda* = aux. verbal (*sôda*) de alusão (valor ilocucional)
- ne* = morfema final que indica pedido de confirmação (valor perlocucional)

Como se vê, o modo perlocucional do enunciado está nitidamente contido no morfema final *ne*, observando contudo, uma seqüência de encadeamento dos auxiliares verbais que obedece, de forma geral, à seguinte ordem:

- *da, seru, reru, tai* (a que Watanabe designou “grupo A”, por constituírem parte do conteúdo proposicional);

rashii, nai, ta (designado “grupo B”, por constituírem ora parte do *dictum*, ora parte do *modus*);

darô, u/you, mai (designado “grupo C” por elaborarem o *modus* do enunciado) e *sôda, yôda, hazuda, mitaida, tsumorida, deshô, nasai, desu, bekida* (estes auxiliares verbais não foram analisados pelo autor citado).

O que se quer demonstrar é que, como regra geral, os auxiliares verbais ocupam posições determinadas no sintagma modal, de acordo com o valor de modalização (ilocucional e perlocucional) que veiculam. Assim, o auxiliar verbal *ta*, por exemplo, observa uma disposição de surgimento no enunciado, de acordo com as condições de realização dos atos ilocucionais ou perlocucionais. No caso de *Ittadeshô?* (Foi, não?), *ta* precede *deshô*

it = verbo ir (*iku*)

ta = aux. verbal que exprime passado (modo ilocucional)

deshô = aux. verbal que exprime suposição polida (modo perlocucional)

Ao contrário, no enunciado *Keganin'ô hakobukara, doita doita* (saiam/abram alas, porque vamos transportar o ferido!), *ta* surgirá necessariamente no final da frase, já que exprime “ordem” e, por essa razão, veicula função perlocucional.

Essa ordem seqüencial significa, também, que os ilocucionais surgem, na frase, imediatamente após a descrição do seu conteúdo proposicional. Ao contrário, os operadores modais perlocucionais surgem longe do *dictum*, isto é, depois dos ilocucionais. Tal ordem reflete, na estruturação frasal japonesa, as condições de realização dos vários atos ilocucionais de modalização.

4. As Modalidades e as Estratégias Discursivas do Japonês

Parece ter ficado suficientemente claro que os auxiliares verbais, enquanto componentes que exprimem modalidades, constituem fatores nítidos de espelhamento da enunciação que mostram os vários modos pelos quais o locutor apresenta o conteúdo proposicional ao interlocutor. Segundo essa perspectiva, o locutor se coloca como a figura central na construção discursiva, já que todo discurso por ele produzido encontra-se ligado ao evento de produção do enunciado e contém indicadores das suas intenções, dos seus sentimentos e das suas atitudes. Essa centralidade do locutor encontra-se em função da intenção deste em apontar, em seus enunciados, as conclusões a que quer induzir o destinatário, por meio de argumentos. A noção de argumentação passa a ser, então, um fator de expressividade fundamental, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, uma atividade estruturante do discurso (porque marca as possibilidades de sua construção) e uma atividade que visa a atingir, de alguma forma, o destinatário. A argumentatividade faz pressupor, então, a importância do destinatário.

rio no discurso (porque esta é sempre destinada à interação), demonstrando que o discurso tem, como ponto essencial, não só o locutor mas também o destinatário, figura central a quem o locutor objetiva atingir.

Essa idéia torna-se ainda mais clara em japonês, onde o locutor procura elaborar seu discurso levando sempre em conta e procurando (ou fingindo que procura) dar importância maior ao destinatário do que a si próprio. Não se pode pensar em interação em língua japonesa, sem se levar em conta as relações de proximidade/distanciamento ou intimidade/não-intimidade dos interlocutores assim como as relações hierárquicas e de papel social entre locutor/destinatário/referente.

A importância da figura do destinatário, para o locutor japonês, é marcada, no discurso, pelo estabelecimento das formas regulamentadas de interação, de acordo com os papéis sociais dos interlocutores e com a sua aceitação (ou crença) dessa determinação.

Dentro desse quadro, dir-se-á que o fator determinante do discurso parece estar, em japonês, mais voltado para o destinatário do que para o locutor. Não se quer dizer com isso que o destinatário seja a figura mais importante, mas que o locutor japonês procura dar (ou quer assim demonstrar) maior atenção ao seu interlocutor do que se costuma fazer em português, por exemplo.

Se é verdade que as modalidades são motivadas e elaboradas pelo jogo de produção e de reconhecimento das intenções do falante, mediante emprego de mecanismos e formas lingüísticas estabelecidas por acordos tácitos convencionalizados, o japonês, para dar conta dessa atribuição de importância ao destinatário, apresenta, como característica fundamental, o uso da *estratégia da polidez*.

A estratégia da polidez, entendida como a máxima que orienta a realização do discurso japonês, com base na preocupação do locutor com o destinatário e com as relações de lugares sociais ocupados por seus interlocutores, é um princípio geral que inclui, segundo nosso entender, as manobras lingüísticas que produzem efeitos de cortesia, de respeito, de modéstia etc., do qual derivam outras máximas: as leis da renúncia do “eu” (ou da falsa renúncia do “eu”), da atenuação ou imprecisão da intencionalidade, da construção da imagem social do “eu”, das expressões de ornamento ou “civilidade”, o princípio da cooperação etc.

Costuma-se dizer que a função primordial do ato de fala é a ênfase do “eu” e a explicitação das intenções do locutor, donde advêm as leis conversacionais, cujas metas são as de articular o máximo de informação possível, a exaustividade informativa, a clareza, o fazer-se entender por meio de formas claras e explicativas etc. No caso do japonês, a colocação deve ser feita de forma um pouco diferente: exatamente em função da obediência ao princípio da polidez, a função geral do ato de fala parece ser a de camuflar o “eu” (ou fingir que se camufla), atribuindo ao enunciado a impressão de uma imprecisão e atenuação da intencionalidade do locutor. Por respeito ao destinatário, a técnica geral a ser empregada pelo falante deverá ser a de argumentar de forma velada e ate-

nuada, dando a entender ao outro que não persuade e não afirma de forma categórica, isto é, criando efeitos de sentido, sem que o outro perceba suas intenções. Não se quer dizer, com isso, que a intenção argumentativa deva ser evitada ou descartada, mas que as intenções do locutor devem ser atenuadas ao máximo, criando efeitos de sentido semelhantes às formas explícitas, mediante uso de recursos diferentes dos que comumente se utilizam no ocidente (explicitar o “eu”, informar o máximo, ser claro etc.).

A expressão da intencionalidade, em japonês, deve atribuir ao destinatário a sensação de que o locutor procura preservar-se (ou ser contido), renegando o seu “eu” e não enunciando de forma demasiadamente clara, por respeito ao destinatário. Esse controle de si mesmo (que, no final, é apenas aparente), por parte do locutor, resulta numa imprecisão de intencionalidade, técnica, aliás, que se destina a atribuir ao destinatário a sensação de que o locutor efetua, no processo enunciativo, a “renúncia do eu” (*jikohitei*, segundo vários autores). Mas a renúncia é, muitas vezes, uma técnica ainda mais eficaz, através da qual o locutor transmite o que deseja e faz mover o destinatário. De qualquer maneira, a lei da renúncia (na qual o locutor simula renunciar ao seu “eu” na enunciação) ou da imprecisão da intencionalidade parece ser um valor ético e estético que compõe o sistema convencionalizado de argumentação e de persuasão japonês (nem por isso menos eficaz, diga-se de passagem).

Conclui-se, então, que as modalidades, em japonês, organizam-se numa estrutura que obedece às coerções da lei da polidez do locutor e de seu respeito ao destinatário. É por essa razão que se pode afirmar que têm um caráter social: a polidez e o respeito são convenções sociais que regem todo discurso em japonês.

Em nome dessas leis, o locutor japonês procura utilizar-se de estratégias retóricas que lhe permitam ficar a salvo do risco de ser acusado de impertinente, insistente ou imodesto, embora, como dissemos, a implicitação, a atenuação da intencionalidade e a polidez, signifiquem apenas um “fingir que não argumenta”. É uma manobra discursiva através da qual o locutor aparenta evitar a persuasão e buscar a “renúncia do eu”. Citando Perelman, Koch¹⁶ afirma que não existe escolha “neutra”; o que existe é uma escolha que “parece neutra”, e o estilo neutro pode ser um caso de renúncia que se destina a aumentar a credibilidade, por contraste com o estilo argumentativo mais inflamado. Em japonês, é exatamente isso que ocorre: o locutor faz uso dos vários recursos de polidez e atenuação para dar a impressão de que seu ato é neutro e, através da ocultação modal, melhor convencer seu interlocutor. O interlocutor, por sua vez, conhecedor das convenções e das regras sociais que existem por trás dessa técnica, procura apreender as intenções do locutor, tornando viável a interação.

Constatado o fato, é preciso repensar as afirmações de Haga, Araki, Kindaichi e outros, que dizem respeito ao *Tsutaeru ishiga nai mamani tsutawaru* (A

16. Ingedor Vilaça Koch, *Argumentação e Linguagem*, São Paulo, Cortez, 1987, p. 157.

comunicação se realiza, sem que haja intenção para isso), ao *Jiko hitei* (negação do “eu”), ao *Wakarasenu bunka* (cultura que dá pouco valor à intenção de “fazer o outro entender”) etc. O que ocorre no sistema de argumentação do japonês não é propriamente a inexistência da intenção de argumentar e de persuadir, mas a preferência por formas discursivas que procurem demonstrar que a qualidade modal da enunciação do japonês não se decide somente pelo modo incisivo e claro, pelo contrário, que o japonês criou um código de argumentação que atinge o seu objetivo mediante uso de formas que procuram mascarar a ênfase das intenções do locutor. Assim, dir-se-á que o japonês prefere o uso do discurso polêmico e complacente, procurando evitar enunciações em que o locutor inclina-se a dizer, por exemplo, “eu sei que”, no lugar de “eu creio que” ou “pensa-se que”. O locutor tenta evitar (ou finge evitar) atos de autoridade, não obstante, com o uso da retórica da atenuação e do discurso que parece ser neutro, consiga transmitir plenamente seus desejos e sentimentos.

O que se quer enfatizar, com isso, é que o japonês procura evitar o argumento autoritário, preferindo, na maioria das vezes, o argumento por autoridade polifônica (segundo concepção de Ducrot) ou por atenuação. Em outras palavras, o locutor japonês utiliza-se de torneios e estratégias de manipulação, caracterizados por um forte teor de representação dramática. É por essa razão que as formas afirmativas, volitivas, imperativas etc. são substituídas, muitas vezes, por outras formas de representação como, por exemplo, a representação feita por outro enunciador, diferente do locutor, de modo que este não precise assumir a responsabilidade direta daquilo que diz (é o caso da suposição, da alusão, da “espontaneidade” etc.). Isso não quer dizer, entretanto, que o locutor japonês é pouco argumentativo, mas que ele apenas quer fazer-se parecer pouco argumentativo. Ele procura dizer algo, sem aparentar dizê-lo, fazendo-o pela atenuação ou pela alusão – o que lhe permite manter maior distanciamento da asserção, visto que a asserção implica na necessidade de o locutor assumir total responsabilidade do que é asseverado. Quando o locutor diz *to omou* (tenho a impressão que...), ou *sôda* (dizem que...) etc., registra a sua intenção (embora de forma velada, fingindo que não quer argumentar), visto que obriga o destinatário ao seu reconhecimento. E é essa a técnica mais apreciada pelos japoneses – um caso de renúncia à clareza de afirmação, que se destina, ao contrário, a aumentar a força argumentativa do seu discurso. O discurso com *sôda* (dizem que...), por exemplo, revela uma asserção pessoal fraca e uma forma ambígua do ponto de vista pragmático: é um discurso relatado ou aludido, no qual o locutor recorre ao testemunho de outrem, isentando-se de grande parte da responsabilidade de tê-lo afirmado.

A estrutura de argumentação do japonês tem, então, por um lado, um locutor que procura enunciar de forma ambígua, imprecisa e não-autoritária (seja para ser polido e respeitoso para com o destinatário, seja para eximir-se da responsabilidade de afirmar categoricamente) e, de outro, um destinatário que se dispõe a obedecer às regras do dever de “intuir” ou “perceber” (*sasshi, kande*

aiteno kokoroo yomu = percepção, ler os sentimentos do parceiro) as reais intenções do primeiro.

O discurso polêmico do locutor japonês é, então, decifrado e completado pela percepção do destinatário, fazendo-se configurar uma característica predominante da interação em japonês, qual seja, a da apreensão das intenções do locutor, obtida mais pela habilidade de *sasshi* do destinatário do que pelas formas modais explicitadas pelo primeiro.

Entre o discurso autoritário (eu sei, portanto é verdade) e o discurso tolerante e polêmico (eu creio, dizem que, é possível etc.), o japonês parece preferir o segundo. O locutor finge esquecer o recurso às modalidades que dizem respeito ao campo da certeza, da necessidade, da ordem, da obrigação, da proibição etc., para dar a impressão de que o valor de seus enunciados é mais neutro, situando seu discurso no campo da indeterminação, da suposição, da dúvida. Seu discurso procura centrar-se mais no polêmico e no tolerante, fazendo predominar os argumentos com base no crer, no supor e na espontaneidade dos fatos. Ainda que se trate de mera manobra discursiva, o locutor procura mostrar que não impõe, deixando apenas pistas tênues quanto às suas intenções.

Para dar conta dessa tendência geral, o locutor dispõe de vários marcadores de atenuação lingüística, um sistema de substituição das modalidades nas quais as vontades e as avaliações do locutor se inscrevem de modo explicitado, por outras formas modais que minimizam esses traços intencionais. Verifiquemos o quadro abaixo, onde registraremos apenas algumas das formas de substituição:

formas diretas de argumentação

formas atenuadas de argumentação

da (afirmação)

darô (suposição: parece que é...)

to omou (acho que...)

janaikato omou (pergunto se não será...)

dewanaideshôka (será que não será...?)

to omowareru (pensa-se que...)

mitaida (parece que...)

desu (afirmação polida)

deshô (suposição polida: talvez seja...)

nassai (ordem)

gorannasai (tente fazer...)

tai (desejo)

taito omou (acho que gostaria de...)

nai (negação)

naikamoshirenai (provavelmente não...)

naito omou (acho que não...)

nojanaideshôka (será que não...?)

<i>nai</i> (proibição)	<i>naino, naide hoshii, naide chôdai, naide kudasai</i> (mudança para “pedido”: gostaria que não..., peço para que não...)
<i>nai</i> (obrigatoriedade)	<i>tewa ikenaito omou</i> (acho que não se deve...) <i>tewa ikenai yôna kiga suru</i> (tenho a impressão de que não se deve...)
<i>ta</i> (ordem)	<i>te kudasai</i> (mudança para “pedido”: por favor faça...)
<i>hazuda</i> (certeza, probabilidade)	<i>nodewanaikato omou</i> (penso que talvez seja.../tenho dúvidas se não é...)
<i>wakeda</i> (causa/razão) <i>tsumorida</i> (volição/intenção)	<i>wakedeshô</i> (suposição: talvez seja porque...) <i>youto amotte iru</i> (estou pensando em...) <i>taito omou</i> (acho que gostaria de...) <i>suru yoteidesu</i> (está programado que...)
<i>bekida</i> (obrigatoriedade)	<i>bekidarôna</i> (suposição: talvez seja indicado...) <i>bekidewanaideshôka</i> (será que não seria preciso que...) <i>bekidato omou</i> (acho que se deve fazer...)
<i>u/you</i> (volição/decisão)	<i>ukana</i> (será que eu faço...?) <i>youto omou</i> (acho que eu vou fazer...)
<i>u/you</i> (convite)	<i>masenka</i> (pergunta negativa: não gostaria de...?)
<i>masu</i> (polidez)	com verbos que indicam respeito, modéstia etc.
<i>mai</i> (suposição negativa)	<i>naikato omou</i> (acho que talvez não...) <i>naikato omowareru</i> (pensa-se que talvez não...)

As variantes atenuadoras são inúmeras e não cabe registrá-las aqui de forma exaustiva. O que se quer mostrar com essa pequena ilustração é que o locutor, para evitar as formas modais enfáticas e, com isso, infringir a máxima da polidez, seleciona outras modalidades capazes de atribuir ao destinatário uma sensação mais agradável de que está sendo respeitado e considerado (é essa a técnica que alguns autores denominaram *omoiyari*, *kikubari*, *kokorozukai* = consideração, preocupação para com o destinatário).

Esse sistema de regras impõe aos usuários da língua japonesa o conhecimento prévio do sistema de convenções que dizem respeito à argumentação e persuasão. É preciso que conheçam os mecanismos de “neutralização aparente” das intenções a serem veiculadas, sob pena de infringirem as leis que garantem, de forma geral, a interação em japonês. Sabemos que os significados se constituem a partir de discursos existentes numa sociedade e, sobretudo em japonês,

o desconhecimento dos papéis sociais e das funções desempenhadas pelos interlocutores do discurso, em situação de enunciação, tornará inviável marcar a distância e a proximidade necessárias entre eles para a efetivação da interação desejada. O conhecimento das leis que regem a atenuação na linguagem, o respeito ao destinatário, a polidez, a modéstia, a percepção dos sentimentos implícitos pelo locutor etc., tornam-se fatores fundamentais para o uso adequado dos valores argumentativos que visam à interação lingüística e social.

Bibliografia

- ARAKI, Hiroyuki. *Nihonjinno Kôdô Yôshiki (O Padrão de Comportamento dos Japoneses)*. Tóquio, Kôdansha Gengo Shinsho, 1973.
- . *Nihonjinno Shinjô Ronri (A Lógica do Sentimento dos Japoneses)*. Tóquio, Kôdansha, 1976.
- . *Nihongokara Nihonjin'o Kangaeru (Analisar o Japonês pela Língua Japonesa)*. Tóquio, Asahi Shinbunsha, 1980.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Massachusetts, Harvard University Press, 1981.
- BARNLUND, Dean C. *Nihonjinno Hyôgen Kôzô (A Estrutura Expressiva do Japonês – Public and Private Self in Japan and the United States)*. Trad. japonesa de Sen Nishiyama. Tóquio, Saimaru Shuppankai, 1973.
- BARROS, Diana L. Pessoa de. *Teoria do Discurso: Fundamentos Semióticos*. São Paulo, Atual, 1988.
- BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. Trad. César Tozzi. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris, Gallimard, 1974.
- CHRISTOPHER, Robert. *The Japanese Mind*. Trad. japonesa de Jirô Tokuyama. Tóquio, Kôdansha, 1984.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Lingüística (Dizer e não Dizer)*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- . *O Dizer e o Dito*. São Paulo, Pontes, 1983.
- . “Topoi et Fonnes Topiques” *Bulletin d'Études de Linguistique Française* 22. Tóquio, 1988, pp. 1-14.
- DUCROT. Oswald *et alii*. *Les Mots du Discours*. Paris, Minuit, 1980.
- GUIMARÃES, Eduardo Junqueira. *Modalidade e Argumentação Lingüística: Análise de Enunciados no Passado em Língua Portuguesa*. São Paulo, USP, 1979. (Tese de doutorado).
- HAGA, Yasushi. “Chinjutsutowa Nanimono?” (“O que é Modalidade?”). *Kokugo Kokubun* 23-4 (*Língua e Literatura* 23-4). Tóquio, Chûô Tosho Shuppansha, 1954, pp. 241-255.
- . *Nihon Bunpô Kyôshitsu (Lições de Gramática Japonesa)*. Tóquio, Tôkyôdô Shuppan, 1967.
- . *Nihonjinno Hyôgen Shinri (A Psicologia da Expressão Japonesa)*. Tóquio, Chûôkôronsha, 1979.
- HASHIMOTO, Shinkichi. *Joshi Jodôshino Kenkyû (Estudos Sobre as Partículas e os Auxiliares Verbais)*. Tóquio, Iwanami Shoten, 1973.
- HAYASHI, Shirô. *Kihon Bunkeino Kenkyû (Estudos Sobre as Sentenças-Padrão Básicas)*. Tóquio, Meiji Shoin, 1973.
- . “Nihongono Bunno Katachito Shisei” (“As Formas e o Comportamento das Frases da Língua Japonesa”). In: *Danwano Kenkyûto Kyôiku I (Estudos do Discurso e Ensino I)*. Tóquio, KKK, 1982, pp. 43-63. (col. Nihongo Kyôiku Shidô Sankôsho 11).

- . “Danwa Kôdôno Taiporojii” (“A Tipologia da Atitude Discursiva”). *Nihongogaku (Estudos Sobre a Língua Japonesa)*. Tóquio, Meiji Shoin, jul. 1983, vol. 2, pp. 24-31.
- KAMIO, Akio. “Jôhônô Nawabari Riron” (“Teorias das Áreas de Domínio da Informação”). *Gengo (Língua)*. Tóquio, Taishûkan Shoten, 1990, vol. 19, n. 4, pp. 44-51. (Volume especial sobre estudos do discurso.)
- KINDAICHI, Haruhiko. “Fuhenka Jodôshino Honshitsu (Jô) – (Ge). Shukanteki Hyôgento Kyakanteki Hyôgenno Betsunite” (“A Verdadeira Função dos Auxiliares Verbais Inflexíveis 1ª e 2ª Parte. Distinção entre Expressões Subjetiva e Objetiva”). *Kokugo Kokubungaku (Língua e Literatura Japonesa)*, vol. 22, n. 2. Tóquio, Chûô Toshokan Shuppan, 1953, pp. 67-87 e pp. 149-169.
- HITAHARA, Yasuo. *Nihongo Jodôshino Kenkyû (Estudos Sobre os Auxiliares Verbais da Língua Japonesa)*. Tóquio, Taishûkan Shoten, 1981.
- KOCH, Ingedor G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez, 1987.
- KOKURITSU KOKUGO KENKYÛJO (KKK). *Gendaigono Joshi Jodôshi – Yôhôtô Jitsurei (As Partículas e os Auxiliares Verbais da Língua Japonesa Moderna – Usos e Exemplos)*. Tóquio, KKK, 1951.
- . *Hanashi Kotobano Bunkei Taiwa Shiryôni yoru Kenkyû (A Research for Making Sentence Patterns in Colloquial Japanese 1 – On Materials in Conversation)*. Tóquio, Shûeisha, 1960.
- KUNIHURO, Tetsuya. *Nichieigo Hikaku Kôza – Bunkato Shakai. (Curso de Estudos Contrastivos entre o Japonês e o Inglês – Cultura e Sociedade)*, Tóquio, Taishûkan Shoten, 1984. Vol. 5.
- LEECH, Geoffrey. *Explorations in Semantics and Pragmatics*. Amsterdam, John Benjamins B. v., 1980.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- MARTINS, Eleni J. *Enunciação e Diálogo*. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1990.
- MIKAMI, Akira. “Chinjutsudo? Haga Yasushi-shino Shohyôni Kotaete” (“Graus de Modalidade? Respondendo à Crítica de Haga Yasushi”). *Kokugogaku 17 (Estudos Sobre a Língua Japonesa 17)*. Tóquio, Musashino Shoin, ago. 1954, pp. 129-130.
- MINAMI, Fujio. *Gendai Nihongono Kôzô (A Estrutura da Língua Japonesa Moderna)*. Tóquio, Taishûkan Shoten, 1974.
- . “Nihongotowa donna Kotobaka” (“Que Tipo de Língua é o Japonês?”). *Nihongo Tokushoku (Peculiaridades da Língua Japonesa)*. Tóquio, Bunkashô, 1983, pp. 34-35. (Kotoba Shirizu 10 (Série Linguagem 10)).
- MIYAJI, Yutaka. “Iwayuru Bunno Seishitsujônô Shuruino Genrito Sono Hatten” (“Os Princípios e o Desenvolvimento dos Chamados Tipos de Enunciados, do Ponto de Vista de Suas Propriedades”). *Kokugo Kokubun (Estudos Sobre a Língua e a Literatura Japonesa)*, vol. 23, n. 11. Tóquio, Rinsen Shoten, 1950, pp. 23-24.
- . “Taiwano Katachito Igi” (“As Formas de Diálogos e o Sentido”). *Gengo Seikatsu 194 (Atividade Lingüística 194)*. Tóquio, Chikuma Shobô, 1967, pp. 19-27.
- . *Gendai Hyôgen Kô (Reflexões Sobre a Expressividade da Língua Japonesa Moderna)*. Tóquio, Kyôbunsha, 1971.
- . “Jodôshitowa Nanika” (“O que é Auxiliar Verbal”). *Nihon Bunpô Kôza I – Jodôshi (Curso de Gramática Japonesa I – Auxiliares Verbais)*. Tóquio, Meiji Shoin, 1972, n. 7, pp. 8-53.
- ÔKUBO, Tadatoshi. *Nihon Bunpô Chinjutsuron (Tratado Sobre as Modalidades na Gramática Japonesa)*. Tóquio, Meiji Shoin, 1982.
- ÔNO, Susumu. “Nihonjinno Shikôto Nihongo” (“O Pensamento Japonês e a Língua Japonesa”). *Gengo (Língua)*. Tóquio, Iwanami Shoten, dez. 1967, vol. 25, pp. 1-13.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso*. São Paulo, Pontes, 1987.
- OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo, Kairós, 1979.
- PARRET, Herman. “A Atitude Proposicional e o Contexto Accional”. *Sobre Semântica*. Uberaba, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Stº Tomás de Aquino, 1978, pp. 7-36. (Série Estudos 5).

- . “La Pragmatique des Modalités”. *Langages* 43. Paris, Didier Larousse, 1976, pp. 47-63.
- REICHAUER, Edwin. *The Japanese*. Tóquio, Charles & Tuttle Co., 1984.
- RILEY, Philip (Org.). *Discourse and Learning*. London/New York, Longman, 1985.
- SAKAKURA, Atsuyoshi. *Nihon Bunpôno Hanashi (Sobre a Gramática Japonesa)*. Tóquio, Kyôiku Shuppan, 1976.
- SEARLE, John R. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. New York, Cambridge University Press, 1983.
- . *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. New York, Cambridge University Press, 1984.
- STUBBS, Michael. *Discourse Analysis: The Socio-Linguistic Analysis of Natural Language*. Oxford, Brasil Blackwell, 1983.
- SUZUKI, Mutsumi. “Kikitenô Shiteki Rejôikito Teinei Hyôgen: Nikongono Teineisawa Dokoni Tatsuka” (“O Território Pessoal do Destinatário e a Expressão Polida: Qual o Lugar da Polidez na Língua Japonesa”). *Nihongogaku (Estudos Sobre a Língua Japonesa)*. Tóquio, Meiji Shoin, fev. 1989, vol. 8, pp. 58-67.
- SUZUKI, Shigeyuki. *Nihon Bunpô Keitairon (Gramática da Língua Japonesa – Morfologia)*. Tóquio, Mugishobô, 1984.
- TANAKA, Nozomu. “Danwano Kenkyû” (“Estudos sobre o Discurso”). *Gengo Seikatsu* 381 (*Atividade Lingüística* 381). Tóquio, Chikuma Shobô, 1983, pp. 74-87.
- . “Nihongo Kyôikuto Danwano Kenkyû” (“O Ensino da Língua Japonesa e a Pesquisa Sobre o Discurso”). *Danwano Kenkyûto Kyôiku I*. Tóquio, KKK, 1982, pp. 113-133. (Col. Nihongo Kyôiku Shidô Sankôsho 11).
- TERAMURA, Hideo. “Mûdo Keishikito Imi 1: Gaigenteki Hôdôno Hyôgen” (“Studies in the Form and Meaning of Mood in Japanese 1: Presumptive Expression”). *Bungei Gengo Kenkyû – Gengohen* 4 (*Studies in Language and Literature – Language* 4). Tsukuba, The University of Tsukuba – Institute of Literature and Linguistics, 1979, pp. 67-89.
- TOKIEDA, Motoki. “Taijin Kankeio Kôseisuru Joshi, Jodôshi” (“Os Morfemas Modais que Estruturam as Relações Interpessoais”). *Kokugo Kokubun* 9 (*Língua e Literatura Japonesa* 9). Tóquio, Rinsen Shoten, 1951, pp. 531-540.
- . “Bunno Gainenni Tsuite” (“Sobre o Conceito de Enunciado”). *Kokugoto Kokubungaku* 14 (*Língua e Literatura Japonesa* 14). Tóquio, Shinbundô, 1937, pp. 1 603-1 619.
- . *Kokugogaku Genron (Princípios Teóricos Sobre a Língua Japonesa)*. Tóquio, Iwanami Shoten, 1969.
- VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico: Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*. São Paulo, Ática, 1977.
- . *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- WATANABE, Minoru. “Jino Renzoku” (“A Sequência dos Morfemas Modais”). *Kokugogaku (Estudos sobre a Língua Japonesa)*. Tóquio, Musashino Shoin, 1958, vol.33, pp. 79-94.
- . *Kokugo Kôbunron (Teoria da Sintaxe Japonesa)*. Tóquio, Haniwa Shobô, 1974.
- . “La Signification en Linguistique Japonaise – de la Théorie de l’Enonciation”. *Recherches en Syntaxe*, vol. IV: *Travaux du Groupe de Linguistique Japonaise*. Paris, Université de Paris 7, L’asiathèque, 1977, pp. 7-16.
- . “Les Modalités de l’Énoncé”. *Travaux de Linguistique Japonaise*, VII. Paris, Université de Paris 7 – U.E.R. Langues et Civilisations de l’Asie Orientale, 1984, pp. 9-23.
- YAMADA, Yoshio. *Nihon Bunpôgaku Yôron (Teoria Fundamental sobre os Estudos da Gramática Japonesa)*. Tóquio, Kadokawa Shoten, 1950.
- . *Nihon Bunpôgaku Gairon (Considerações Gerais sobre a Teoria da Gramática Japonesa)*. Tóquio, Hôbunkan, 1967.
- . *Nihon Bunpôron (Teoria da Gramática Japonesa)*. Tóquio, Hôbunkan, 1970.